



Público

26-07-2010

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 75000

Temática: Justiça

Dimensão: 976

Imagem: S/Cor

Página (s): 1 a 3

Taxa de justiça deixará de ser paga totalmente no início dos processos

Ministro da Justiça diz em entrevista que a revisão constitucional do PSD é “tentativa de destruir o Estado social” e condena a unificação das polícias

● Alberto Martins, 65 anos, que há nove meses abandonou o Parlamento, onde era líder da bancada do PS, para assumir a pasta da Justiça, diz em entrevista ao PÚBLICO que o

Governo vai propor substituir o pagamento único da taxa de justiça à cabeça, “que podia ser um elemento dissuasor da procura”, por pagamentos faseados em dois ou três momen-

tos. Considerando que “os responsáveis da Justiça têm um especial dever de reserva e contenção, o que não é inimigo da transparência e da publicidade”, Alberto Martins ataca ainda a

proposta de revisão constitucional do PSD e diz que o Governo está a avaliar a realização de um novo concurso extraordinário de acesso ao Ministério Público. → Destaque, 2/3

Taxa de justiça não baixa, mas vai deixar de ser paga totalmente à cabeça

Um ano e uns meses após a entrada em vigor do novo regulamento das custas processuais, o Governo prepara regresso ao modelo anterior, sem alterar os custos

Mariana Oliveira

● Alberto Martins, 65 anos, abandonou o Parlamento, onde era líder da bancada do PS, e há nove meses assumiu a pasta da Justiça. Numa sala do seu gabinete, com vista sobre o Terreiro do Paço, fala dos problemas da Justiça, dos projectos do ministério e dos objectivos do seu mandato. Sobre política fala de cor, mas sobre questões técnicas prefere recorrer ao material de apoio.

Quais são hoje os principais problemas da Justiça?

Podemos dizer que há dois grandes problemas: a morosidade e a credibilidade da Justiça. O que cabe ao ministro da Justiça é dar um contributo enquanto político para ajudar a resolver esses problemas, que são basicamente de gestão da Justiça e menos problemas de lei. Como resolver? Simplificando códigos: processo penal e processo civil. E o que estamos a fazer. E apostando fortemente na informatização da Justiça. O fim da Justiça de papel torna a Justiça mais justa e mais célere. E um caminho que está a ser percorrido, com grande dimensão.

A credibilidade da Justiça essa ganha-se com uma nova cultura. Uma forma de os responsáveis da Justiça se comportarem. Tenho feito um grande esforço enquanto ministro da Justiça de exprimir uma forma de reserva e de intervenção só quando é necessário. Acho que os responsáveis da Justiça têm um especial dever de reserva e contenção, o que não é inimigo da transparência e da publicidade. Mesmo ao nível da informatização tem havido muitas queixas de magistrados sobre a forma como os sistemas têm sido introduzidos, nomeadamente o Citius...

Estamos num processo de alteração e melhoria das ferramentas informáticas. Temos consciência de que o Citius e o Habilus foram um instrumento fundamental na modernização da Justiça, mas estão próximos da atingir a sua capacidade plena de resposta. Daí haver já investimento, estudos, para soluções de transição, como o Citius Plus, uma ferramenta com uma nova linguagem mais qualificada procurando a banda larga. Temos

consciência de que o sistema respondeu de forma muito positiva até uma certa dimensão e que é preciso dar o salto.

As ferramentas informáticas são importantes, mas não substituem os funcionários.

Há dias o secretário de Estado contabilizava que faltavam entre 800 a 1200 oficiais de justiça.

Como vão responder a esta falta de recursos humanos?

Há dois grupos de trabalho. Resolvemos reescalonar o mapa judiciário e a sua entrada em vigor nas 39 comarcas para 2014. Este reescalonamento destina-se a racionalizar os meios, fazer uma avaliação muito rigorosa das necessidades, pré-ordenada pela contenção dos meios. Em Maio criei um grupo de trabalho, dirigido pelo secretário de Estado da Justiça, que até ao final deste mês deve apresentar o quadro de magistrados

2014 será, segundo o ministro, o ano de entrada em vigor do novo mapa judiciário, entrando nessa altura em vigor nas 39 comarcas

judiciais e do Ministério Público, bem como o mapa geral de funcionários, a distribuir por cada juízo das novas comarcas. Em Setembro deverá estar concluído o levantamento das principais necessidades a nível de edifícios e investimentos.

Face à conjuntura de crise, como se explica que o Ministério da Justiça tenha aumentado 16 por cento o seu orçamento deste ano?

Temos as contribuições para a Caixa Geral de Aposentação que passaram de 7,5 para 15 por cento. Além disso, havia muitos compromissos que tinham sido assumidos anteriormente: 300 novos guardas prisionais, 120 novos funcionários para a Polícia Judiciária, 165 candidatas ao Centro de Estudos Judiciários. Mesmo assim houve uma grande contenção no PIDDAC [Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central], que se resume a intervenções em seis estabelecimentos prisionais, três das quais motivadas por questões de segurança. Temos também as novas

instalações da Polícia Judiciária, cujo vencedor do concurso deve ser anunciado em Setembro. Creio que iremos começar as obras este ano. Temos previsto 10 milhões de euros para isso este ano.

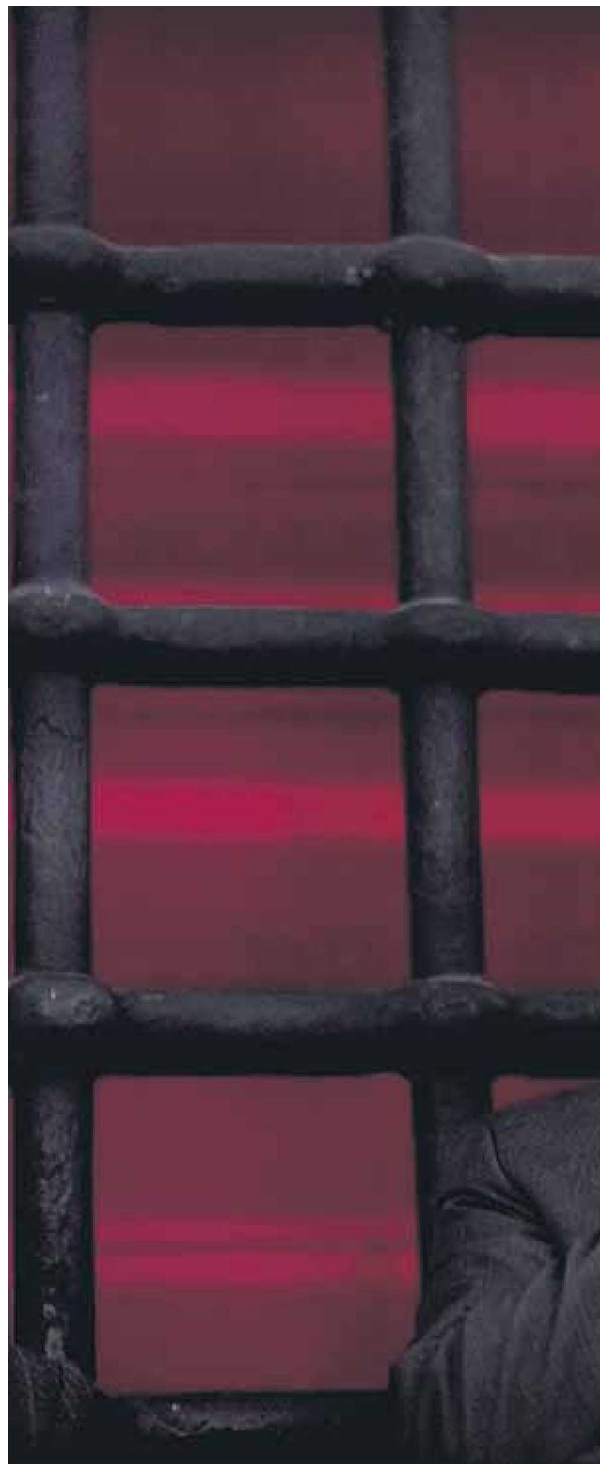
Há meses um memorando do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça apontava para uma asfixia financeira do sistema de Justiça, essencialmente devido à quebra brutal das receitas do registo e notariado que entre 2007 e 2009 desceu de 425,7 milhões de euros para 166,2 milhões. E por isso que estamos a assistir a um aumento nos registos, ou nas suas palavras um reajustamento?

Nos registos há um reajustamento de facto. Havia algumas isenções que considerámos que não eram adequadas. Não constituíu nosso objectivo o aumento das custas processuais. Vamos resolver uma questão que nos era instantaneamente colocada, que era o facto de haver um pagamento único da taxa de justiça à cabeça, que podia ser um elemento dissuasor da procura. Por isso vamos alterar o que isso seja feito em dois ou três momentos. Não vamos alterar os custos das taxas de justiça, os custos processuais.

Regressamos ao sistema anterior, em que a taxa de justiça não é apenas paga à cabeça, e vamos introduzir algumas isenções de custas. No acesso ao direito e no patrocínio judiciário a curto prazo faremos publicar uma portaria, que vai regular questões que têm a ver com os gabinetes de consulta jurídica; assegurar o apoio jurídico às vítimas de violência doméstica, que não estava na lei; permitir que a composição dos lotes de escalas de prevenção sejam definidos pela Ordem dos Advogados, que era uma reivindicação deles, e alterar a Comissão de Acompanhamento do Acesso à Justiça.

Outra alteração em estudo é a revisão da acção executiva, face aos 1,2 milhões de processos pendentes. O que falhou nas reformas feitas a este nível?

Isso é o que está a ser visto. Temos um grupo de trabalho muito qualificado que está a identificar os problemas e apresentar soluções. **Para quando uma proposta final?** Queremos acelerar o processo, para



que no início da próxima sessão legislativa, Setembro ou Outubro, pudéssemos ter uma proposta. **Quando se falou dos números da acção executiva, falou-se de oito mil processos disciplinares pendentes contra solicitadores de execução. Parece que se está a dizer implicitamente que estes agentes executivos, criados em**

2003, foram os responsáveis pelo falhanço da reforma...

Não queria olhar para o passado. O que nos importa é aferir no presente o que deve ser mudado para melhorar as coisas. Não há responsáveis da justiça dispensáveis. Temos feito um grande esforço de procura de harmonização, partilha de



DANIEL ROC

Revisão constitucional

“A proposta do PSD é uma tentativa desastrada de destruir o Estado social”

● O ministro puxa da veia parlamentar para falar da revisão constitucional proposta pelo PSD e acusa os sociais-democratas de quererem interferir nas presidenciais. **O PSD apresentou uma proposta de revisão constitucional. Como olha para estas propostas?** Considero uma tentativa desastrada de destruir o Estado social e de desequilibrar o sistema político, que seguramente será frustrada. Revela falta de lucidez política apresentar uma proposta de revisão constitucional neste momento. Não corresponde às necessidades e preocupações dos portugueses e pode ser visto, se não é verdadeiramente, uma interferência ilegítima no acto eleitoral. Por outro lado, são apresentadas propostas de supressão do Estado social: liberalizar o despedimento, acabar com a gratuidade da Saúde e da Educação. Isto é subversão do Estado social e até da própria identidade de alguns sectores do PSD que sempre defenderam serviços públicos universais e gratuitos. Por outro lado, ainda

de forma surpreendente, é uma alteração grave do sistema político. É uma alteração dos poderes presidenciais que em nada se justifica. Alarga os poderes de demissão do Governo e depois anula os poderes de dissolução da Assembleia. Desequilibra completamente o sistema político. O que é que o PSD pretende? Fazer um fato à medida para alterar as regras do jogo que embarça o seu próprio grupo político. Isto até parece um ajuste de contas com o passado do próprio PSD, renegando uma herança histórica que sempre achou que o equilíbrio de poderes entre o Presidente e a Assembleia, tal como está hoje consagrado na Constituição, é correcto. **Acha que o PS vai viabilizar algum tipo de revisão constitucional?** É um valor fundamental do PS a defesa do Estado social e defesa do equilíbrio de poderes que existe hoje na Constituição. Aliás, o PS no seu programa eleitoral defendeu a estabilidade do texto Constitucional. **Um equilíbrio de poderes, mas de outra ordem de que se tem falado muito relaciona-se com**

a tutela da PJ. Está disponível para abdicar desta tutela para a criação de uma polícia única? Como ministro não estou disponível para abdicar da Constituição da República e do Estado de direito. Considero que a unificação das polícias é uma visão passadista e securitária, à revelia da separação de poderes e das funções do nosso Estado de direito. O que é necessário é o fortalecimento das polícias no combate ao crime. Reforçar a colaboração entre elas, cumprindo a nova lei de segurança interna. **Um dos principais argumentos para a unificação são as dificuldades de coordenação entre as várias polícias e o facto de muitas vezes a informação não circular entre elas como devia.** Eu, como ministro da Justiça, e o ministro da Administração Interna defendemos um reforço e um aprofundamento da coordenação entre os órgãos de polícia criminal. E esse reforço não tem limites para se aprofundar. Isso são coisas distintas. À Justiça o que é da Justiça e à segurança e à ordem pública o que é da segurança. **M.O.**

Centro de Estudos Judiciários

Novo concurso extraordinário de acesso ao Ministério Público está a ser avaliado

● Alberto Martins admite que a alteração cirúrgica que o procurador-geral da República propôs tem como objectivo resolver a situação do vice-procurador-geral e fala na falta de procuradores. **O Ministério Público (MP) é por estatuto defensor da legalidade. Como vê o facto de o vice-procurador-geral da República estar a exercer ilegalmente as funções há cerca de um mês?** Não me pronuncio sobre a interpretação da lei. O MP certamente que considera o exercício legal. Aliás, há na Assembleia da República uma proposta de lei no sentido... **... De legalizar esta situação.** A proposta de lei consiste em permitir, no futuro, que as comissões de serviço possam ser terminadas, independentemente da idade dos que as estão a cumprir. Já existe hoje para o procurador-geral da República, já existe hoje para magistrados, para o Conselho Superior de Magistratura. Foi nesse sentido que o Ministério da Justiça foi ao encontro da proposta do senhor procurador. Visto que entendemos ser ela correcta e, tendo ela partido

de um caso concreto, nunca a entendemos como a lei do caso. **O que acha que motivou então, nesta altura, a proposta do procurador-geral?** Resolver as situações concretas com que se debatia a Procuradoria-Geral da República. As leis podem partir de situações concretas, mas têm que ter um carácter geral. Quando nos é solicitado que haja um ajustamento legal, que é simétrico daquele que existe hoje para o Conselho Superior da Magistratura, o impulso do Governo foi no sentido de acolher essa situação. Evidentemente que estamos de acordo que há uma questão mais grave, que deve ter o seu trânsito e que esperamos que ele se cumpra com a maior celeridade possível. No início da nova sessão legislativa assim o será: uma revisão global do Estatuto dos Magistrados do MP. Uma matéria de grande importância, já que estamos empenhados em dar ao MP todos os meios legais, institucionais e logísticos. Nessa medida está a ser construída uma ferramenta tecnológica, a Aplicação para Gestão do Inquérito-Crime, que permite uma melhor articulação com as

polícias, uma melhor celeridade e eficácia. **É sabido que o Ministério Público convive com a falta de magistrados. O Governo aprovou um concurso extraordinário de acesso a esta magistratura, tendo o Conselho Superior do MP insistido na necessidade de um segundo concurso extraordinário. Face à conjuntura económica o Governo admite o lançamento de novo concurso?** Em termos legais pode haver um curso especial até ao fim do ano. Estamos a fazer uma avaliação, porque existem hoje cerca de 50 a 60 pessoas que estão a cumprir funções para as quais não têm habilitação consistente, já que não passaram pelo Centro de Estudos Judiciários. Evidentemente que os nossos constrangimentos são de natureza financeira. E estamos a ver se estamos em condições de os resolver. As pessoas que saem do curso especial têm acesso directo à carreira. Temos que perceber se o custo do acesso imediato é compensado por aqueles que vão ser substituídos, o que estamos a avaliar. **M.O.**

consensos na Justiça. Já realizámos três conselhos consultivos da Justiça e vamos continuar a fazê-lo. Faz parte da nossa forma de agir politicamente mudar as coisas com os responsáveis da Justiça: juizes, magistrados do Ministério Público, funcionários judiciais... **Que objectivos se impõe a si mesmo até ao fim da legislatura?**

Ter os tribunais com uma informatização do século XXI, a funcionar melhor, códigos mais céleres, maior facilidade dos cidadãos no acesso à Justiça. Uma Justiça mais rápida, mais fácil e mais barata, se possível. Uma Justiça com mais qualidade e que seja um factor importante de desenvolvimento económico e social.